

Edwaldo Costa
Juliana da Costa Feliz
(Organizadores)

COMUNICAÇÃO E CULTURA:

processos
contemporâneos

2


Ano 2022

Edwaldo Costa
Juliana da Costa Feliz
(Organizadores)

COMUNICAÇÃO E CULTURA:

processos
contemporâneos

2


Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Comunicação e cultura: processos contemporâneos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Edwaldo Costa
Juliana da Costa Feliz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação e cultura: processos contemporâneos 2 /
Organizadores Edwaldo Costa, Juliana da Costa Feliz. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0305-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.050221207>

1. Comunicação e cultura. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Feliz, Juliana da Costa (Organizadora). III.
Título.

CDD 303.4833

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O e-book *Comunicação e Cultura: Processos contemporâneos 2*, intenta uma empreitada tanto ampla quanto profunda, a fim de compreender algumas das mudanças socioculturais que marcaram a passagem do século XX para o século XXI e que explicam a convergência entre fatos comunicacionais e culturais.

A extensão do desafio intelectual da empreitada fica evidente desde o e-book 1, justamente por conta da abrangência da abordagem. Os campos da Cultura e da Comunicação, notadamente amplos, são suficientemente próximos e convergentes; no entanto, também o são distintos e específicos. Ambos caminham em trilhas próximas, imiscuem-se, dialogam, trocam influências, delimitam procedimentos sociais, definem comportamentos individuais.

Para abarcar discussões de tamanha monta, esta obra digital lança um olhar multidisciplinar para a Comunicação e a Cultura, mais especificamente sobre os processos contemporâneos. Como pode-se observar, os 17 artigos refletem uma pluralidade de assuntos interligados ao tema, permitindo um intercâmbio de conhecimentos, uma vez que apropria-se de contexto que envolvem a memória da imprensa e a perspectiva hermenêutica; o habitar em contextos híbridos; as comunicações durante a pandemia; o potencial de experiência aurática em fotografias em preto e branco; o novo newsmaking; o ambiente organizacional; a contribuição das mídias na promoção de cidadania; o feminicídio; as pautas religiosas; a economia colaborativa; as atividades laborativas sustentáveis; a indústria 4.0; a comunicação pela arte; a indústria literária; a resiliência no documentário e a discussão emblemática de uniformes esportivos femininos na mídia.

Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. A partir desse material, esperamos que leitores e leitoras explorem as interconexões permitidas pelas Ciências da Comunicação, possam fazer reflexões e implicações de acordo com seus interesses de estudo, formação e prática, na esperança de produzir luzes para o mundo contemporâneo.

Por fim, espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, ofereça uma contribuição plural e significativa para a comunidade científica e profissionais da área.

Edwaldo Costa
Juliana da Costa Feliz


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A MEMÓRIA HISTÓRICA DO IMPRESSO E A PERSPECTIVA HERMENÊUTICA

Juliana da Costa Feliz


Edwaldo Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212071>

CAPÍTULO 2..... 21

HABITAR EM CONTEXTOS HÍBRIDOS: PRESENÇA SOCIAL, RIQUEZA MÉDIA, AUTO-APRESENTAÇÃO E AUTORREVELAÇÃO NO DIGITAL

Douglas Rossi Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212072>

CAPÍTULO 3..... 34


LAS COMUNICACIONES: UN RETO EDUCATIVO DURANTE LA PANDEMIA

Teresita de Jesús Marrugo-Puello

Jasleidy Ruiz-Herrera

Onasis Losada-Zamora


María Isabel Ramírez-Garzón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212073>

CAPÍTULO 4..... 45

O POTENCIAL DE EXPERIÊNCIA AURÁTICA EM FOTOGRAFIAS EM PRETO E BRANCO

Marcia Boroski


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212074>

CAPÍTULO 5..... 60

O LEITOR MANDA NOTÍCIA (POR WHATSAPP): A INTERATIVIDADE NO NOVO NEWSMAKING DO DIÁRIO GAÚCHO

Beatriz Dornelles


Patrícia Specht

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212075>

CAPÍTULO 6..... 71

O CONTRIBUTO DOS MEDIA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA CIDADE NAMPULA

Anifo Inusso Moniz Martinho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212076>







CAPÍTULO 7..... 82


PENALIZAÇÃO, PROTESTO E IMPOSIÇÃO: A DISCUSSÃO DE TRÊS CASOS EMBLEMÁTICOS DE UNIFORMES ESPORTIVOS FEMININOS E SUAS REPERCUSSÕES NA MÍDIA

Marcelo Ribeiro Tavares

Frederico Braida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212077>


CAPÍTULO 8	97
FONTES UTILIZADAS EM MATÉRIAS SOBRE FEMINICÍDIOS - MARCADORES DO MACHISMO NO JORNAL A TRIBUNA/ES	
Jaciele Cristina Simoura Maria Emília Pelisson Manente	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212078	
CAPÍTULO 9	110
COMUNICAÇÃO E IGREJA CATÓLICA: PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE PAUTAS RELIGIOSAS	
Elisa Ferreira Roseira Leonardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0502212079	
CAPÍTULO 10	136
REPRESENTATIVIDADE: REFLEXÃO SOBRE A INDÚSTRIA LITERÁRIA ATRAVÉS DO LIVRO-REPORTAGEM “NÃO. ELE NÃO ESTÁ”	
Cristiano Eduardo Faria Andreza Alves José Gabriel Andrade	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120710	
CAPÍTULO 11	149
PERFORMANCE, MEMÓRIA E NARRATIVIDADE: AS CHAVES PARA A RESILIÊNCIA NO DOCUMENTÁRIO <i>KÁTIA</i>	
Jamilson José Alves-Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120711	
CAPÍTULO 12	168
INDÚSTRIA 4.0 E GESTÃO SUSTENTÁVEL PODEM COEXISTIR?	
Diego Ramalho Brasileiro Silva Milton Carlos Farina	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120712	
CAPÍTULO 13	187
A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL SESC GLÓRIA E O DESVELAMENTO DA CIDADE CRIATIVA _ A COMUNICAÇÃO PELA ARTE PARA EFETIVAÇÃO DE UMA DIALOGIA COM O ENTORNO	
Tatiana Gianordoli Teixeira Quadros Ivana Esteves Passos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120713	
CAPÍTULO 14	193
ECONOMIA COLABORATIVA: MODELO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE NA SUSTENTABILIDADE	
Diego Ramalho Brasileiro Silva Milton Carlos Farina	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120714>

CAPÍTULO 15.....214

ATIVIDADES LABORATIVAS SUSTENTÁVEIS NA COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DE SUA EFICÁCIA NA EXECUÇÃO PENAL

Iranilton Trajano da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120715>

CAPÍTULO 16.....218


O MODELO PERMA COMO DIAGNÓSTICO DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL E BEM-ESTAR DOS COLABORADORES

Antonio Aparecido de Carvalho

Marco Antonio Spada

Milton Carlos Farina

Leonardo Biche de Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120716>

CAPÍTULO 17.....224

VIVÊNCIAS DO SERINGUEIRO NA IMPRENSA AMAZONENSE: UM PANORAMA DAS REPRESENTAÇÕES (1890-1920)

Daniel Barros de Lima

Larissa Benevides da Costa Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.05022120717>

SOBRE OS ORGANIZADORES237

ÍNDICE REMISSIVO.....238

CAPÍTULO 1

A MEMÓRIA HISTÓRICA DO IMPRESSO E A PERSPECTIVA HERMENÊUTICA

Data de aceite: 04/07/2022

Juliana da Costa Feliz

Doutora em Ciências da Informação – Jornalismo e Estudos Mediáticos pela Universidade Fernando Pessoa – UFP e mestre em Estudos de Linguagens – Linguística e Semiótica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
<http://lattes.cnpq.br/0404199463299921>

Edwaldo Costa

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UnB
<http://lattes.cnpq.br/3950553227038648>
<https://orcid.org/0000-0002-3416-3815>

RESUMO: O presente capítulo está dividido em três partes. A primeira disserta sobre o caráter documental e histórico do impresso. A segunda trata dos aspectos fundamentais do discurso do jornalismo impresso, e a terceira apresenta alguns pilares teóricos da Hermenêutica e da Análise do Discurso. O percurso visa conduzir à reflexão sobre as relações entre os conceitos apresentados, base metodológica para um campo vasto de abordagens investigativas em jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo impresso; jornalismo documental; hermenêutica; análise do discurso.

ABSTRACT: This chapter is divided into three parts. The first discusses the documentary and historical character of the printed matter. The

second deals with the fundamental aspects of print journalism discourse, and the third presents some theoretical pillars of Hermeneutics and Discourse Analysis. The course aims to lead to reflection on the relationships between the concepts presented, methodological basis for a vast field of investigative approaches in journalism.

KEYWORDS: Printed journalism; documentary journalism; hermeneutics; speech analysis.

1 | O CARÁTER DOCUMENTAL E HISTÓRICO DO IMPRESSO

As páginas dos jornais e revistas são documentos que, conforme afirma Barbosa (2020, p. 114), estão repletos das intencionalidades com as quais foram produzidos e das quais o pesquisador, ao selecioná-los, estabelece. O documento seria sempre indicador de uma “intencionalidade manifesta”, seja quando foi produzido e começou a circular, com as finalidades daquele tempo enquanto presente, ou posteriormente, no futuro, quando novamente é um índice aberto a múltiplas interpretações. Sobre a questão, a autora ressalta que, ao considerar a possibilidade interpretativa de um documento, o primeiro passo deve ser avaliar a sua significância:

É preciso considerar as suas especificidades e as funções que ele originalmente desempenhou no momento de sua constituição. O que estou destacando é que

a intencionalidade de sua produção, sua perspectiva de duração ou sua efemeridade – fazendo com que outras ações de fixação no instante da pesquisa sejam fundamentais – são questões importantes para a sua percepção como objeto empírico (Barbosa, 2020, p.114).

Conforme Moreira (2011, pp. 271-272), a análise documental compreende identificar, verificar e apreciar documentos para determinado fim. Para a autora, no caso da pesquisa científica é, ao mesmo tempo, método e técnica. Considera-se um método porque “pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação” e, técnica, porque “é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados”.

Muniz Sodré (2012, p. 80) elucida que o tempo só começa a fazer sentido para o ser humano a partir do Renascimento, quando passou a ser entendido e mensurado. Antes disso, na Antiguidade, as pessoas compreendiam o fluxo temporal dos eventos cotidianos a partir das percepções do que se repetia na natureza, como as estações do ano e os ciclos de vida dos animais. Segundo o autor, a temporalidade histórica ingressa na sociedade a partir da modernidade e foi organizada com base no discurso midiático. A notícia seria, por essa perspectiva, uma forma de marcar e estruturar o tempo.

Todo e qualquer fato tornado acontecimento pelo jornalismo implica uma pontuação rítmica, pouco importando se o acontecimento se deu no passado ou no presente contínuo (Sodré, 2012, p. 8).

De acordo com Paillet (*cit. in* Ponte, 2004), seriam dois percursos culturais distintos a influenciar o jornalismo: um teria vindo dos escribas tradicionais, cuja função era dar a conhecer para o futuro as relações entre estruturas sociais e institucionais, em especial os feitos das classes dominantes; o segundo teria vindo da tradição oral, como as conversas, narrativas dos contadores e comentadores das feiras. Para o autor, o segundo seria o mais provável, por estar mais próximo da realidade social, econômica e técnica das pessoas comuns, e teria, também, um papel determinante na transmissão de saberes práticos.

Ao lado do registro dos factos considerados essenciais para as classes dominantes, expressos no tom de autoridades nas *Crônicas*, circulavam esses registos nos almanaques, repertórios, calendários, prognósticos, frequentemente como máximas e aforismos. São estas duas orientações de conteúdos e de registos que se vão reunir e expressar no jornalismo (Paillet *cit. in* Ponte, 2004, p. 21).

Tal característica da mídia impressa é tratada por Charaudeau (2006, p. 113) ao evidenciar que o espaço criado entre os dois pontos que conectam a informação faz com que “o que foi escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar”. Isso significa dizer que tanto o jornalista, que tem o poder de corrigir o que escreveu durante o processo do fazer, com a ferramenta da edição textual, quanto o leitor, que poderá sempre retornar ao jornal ou à revista para rememorar o que foi lido anteriormente, ou seja, ambos podem estabelecer uma ligação com o passado. O impresso, por esse ponto de vista, seria uma fonte memorial material à disposição do leitor para sua livre interpretação.

Na busca de perceber as relações entre os primeiros conceitos apresentados, podemos adentrar o universo da comunicação e do vínculo com a temporalidade. Para Barbosa (2019, p. 14), o ato comunicacional tem a capacidade de “produzir um hiato no tempo e transportar, do passado para o presente, vestígios duradouros que só perduraram por serem atos de comunicação”. A autora afirma que por meio das ações e reações produzidas no ato comunicacional é possível “prefigurar o tempo numa dimensão em que se estabelecem liames e ligações do passado tornado presente e vislumbrado como futuro”.

Um fator elementar, mas não menos importante, que difere o impresso das outras mídias, é a questão do valor documental do registro. O que está escrito no papel carrega em si a materialidade documental, o contrário da palavra pronunciada, da oralidade, que pode se dissipar mais facilmente e demanda ferramentas mais complexas para o seu resgate memorial. Para Charaudeau (2006, p. 113), “a escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera”.

Em sua obra *História e memória*, Jacques Le Goff (1990, p. 6) diz que, desde a Antiguidade, a ciência histórica reúne documentos escritos e faz deles testemunhos além dos “oculares e auriculares”, superando as limitações da transmissão oral do passado. Conforme o autor, por meio da criação de bibliotecas e arquivos foi possível ter à disposição esses materiais históricos. Todavia, ele também elabora uma crítica quando afirma que o documento “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”. Para o autor, “o documento é monumento”.

Le Goff (1990, p. 5) explica que a ciência histórica pode ser definida em relação à realidade sobre a qual se “indaga”, se “testemunha”, diferentemente da matemática e das ciências da natureza e da vida, que são construídas e observadas. Para o autor, a história inicia-se com um relato, a narração de alguém que pode dizer: “eu vi, senti”. E analisa, ainda, que este aspecto da “história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica.”

Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do “retorno do evento” ligado aos novos *media*, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata” (Le Goff, 1990, p. 5).

Ao distinguir e conceituar documento, testemunho, história e memória, Chartier (2009, pp. 21-22) é bastante preciso ao afirmar que a história está relacionada ao nível documental que atesta “a verdade presumida como incontestável presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado”. Para o autor, memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho, enquanto o documento é caracterizado por sua indicialidade. Já a noção de testemunho baseia-se no pressuposto da confiança outorgada

a quem esteve presente no momento em que determinado evento aconteceu, ou seja, vivenciou-o de alguma maneira.

Lopes (2002, p. 6) faz alusão aos arquivos registrados em suportes físicos, como a própria escrita e a fotografia. Segundo o autor, esses documentos podem ser interpretados, seja por profissionais, seja por aqueles que conhecem os conteúdos ou vivenciaram determinado fato, de modo direto ou indireto. E complementa que esses documentos são úteis tanto para a formação das memórias individuais, quanto as coletivas. O autor reitera que também é indicado que tais registros passem por uma legitimação em diferentes graus.

Tendo como parâmetro as afirmações de Lopes (2002, p. 6), pode-se dizer que a memória seria uma representação, uma construção carregada de elementos simbólicos diversos. Segundo o autor, haveria uma lacuna entre o que de fato aconteceu e o que se acredita, ou se imagina, ter acontecido, o fato em si, desprovido de qualquer tipo de visão posterior ou viés interpretativo. Por essa perspectiva, o autor evidencia que não se pode deixar de questionar um relato pessoal, sendo fundamental, além de interpretar o testemunho, “confrontá-lo com outras fontes e compreendê-lo à luz das condições de sua criação”.

Barbosa (2019, p. 14) considera que os meios de comunicação, em especial as narrativas que têm a pretensão de atestar a verdade dos fatos, elaboram um discurso baseado na “noção de testemunho”, como acontece nos textos jornalísticos, que mostram um “sujeito real”, que vivencia diretamente ou presencia determinado acontecimento, podendo ser, inclusive, o próprio jornalista. Neste caso, o profissional testemunha o fato e confronta o que dizem as demais testemunhas, colocando em cena o contraditório, com a intenção de buscar uma versão isenta, em que se ouvem todos os lados de uma mesma história.

A partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser, desde a sua construção, espécie de arquivo para a história. Assim, se pudesse ser feito algum tipo de generalização, o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória (Barbosa, 2019, p. 21).

Ao apresentar pontos de convergência entre os discursos transmitidos pela mídia e a edificação da memória coletiva, Lopes (2002, p. 4) parte do pressuposto que os processos de comunicação e informação são artificiais. Para o autor, trata-se de representações, ou seja, construções ideológicas e mentais que são compartilhadas socialmente. Seriam, nesse caso, os processos de produção de dados e as trocas simbólicas. Por essa perspectiva, os “artefatos de memória” seriam partes de representações da mente dos seres humanos, que são compartilhadas entre os meios de comunicação e o público. A definição tem como ponto de partida a ideia que um olhar sobre o passado deve ser “legitimado e validado pelos receptores para ter funcionalidade social”.

O documento é índice e vestígio de algo que pode indicar presença ou ausência, seja do passado ou do presente. A afirmativa de Barbosa (2020, p. 115) sustenta-se quando se entende vestígio como uma marca de algo que passou. Os sinais duradouros possibilitam que sejam interpretados pelo pesquisador segundo suas próprias escolhas. Conforme a abordagem da autora, o vestígio deixa evidente o quanto “o passado está contido no presente”, pois as mensagens e sinais indicam a sua presença.

Todavia, Barbosa (2020, p. 115) reitera que é fundamental entender e capturar o vestígio e não apenas notar a sua presença. A autora explica que perceber um vestígio como mensagem pressupõe, inicialmente, identificá-lo e reconhecê-lo como tal, estando aberto às possibilidades interpretativas, sempre pela perspectiva do presente. Barbosa enfatiza que para que algo seja considerado um vestígio, “o indício deve ser recebido como algo significativo, ao ser compreendido no presente na qualidade de documento”. E delega ao pesquisador do presente a tarefa de atribuir valor aos documentos. Com base no exposto, a autora conclui que “um vestígio é sempre documento do presente, mesmo que se reporte a alguma teia de significação do passado” (Barbosa, 2020, p.115).

A partir do exposto, pode-se questionar o que seria o fazer jornalístico e a produção da notícia nesse contexto. Para Sousa (2006, p. 204), é necessário considerar a distinção a partir da “noção de testemunho”, que é inerente às produções narrativas dos meios de comunicação, em especial às jornalísticas. Esses relatos são construídos com base na constatação do “eu estava lá”, assim como a atestação de que “se você também estava lá, pode atestar o que eu digo por estar lá” e da confrontação, que é validado pela premissa de que “o que eu vi como testemunha é semelhante ou não ao que você também viu por estar lá”.

Por essa perspectiva, a característica documental do impresso, associada à credibilidade confiada ao jornalista e, principalmente, às fontes de informação especializadas e testemunhais, fazem das mídias impressas, ainda, mecanismos eficientes no que compete à confiabilidade e ao valor de registro da memória coletiva de um tempo passado que reverbera no presente. A possibilidade de acesso à leitura, arquivo e reprodução dos originais também conferem ao impresso o caráter de um documento que não pode ser ignorado como a transcrição de uma época e fonte de pesquisa relevante para diversas áreas do saber.

Lopes (2002, p. 5) defende a abordagem que, para que sejam formados os padrões de memória, as mídias recolhem e alimentam de modo repetitivo o que “alguns chamam de imaginário e outros de memória social”. Conforme o autor, haveria uma memória individual, ou seja, o registro cerebral da experiência vivida, que é lida e relida repetidamente pela subjetividade humana no decorrer da existência. Com base na “história oral” referida por Lopes, a experiência contemporânea não seria igual aos fatos do passado, pois as narrativas refletem os percursos sócio-históricos e, principalmente, o momento em que foi colhido determinado depoimento ou testemunho.

Barbosa (2002, p. 114) parte do pressuposto que os documentos nos estudos de comunicação devem ser observados a partir de princípios específicos e da concordância dos que vivem os processos que estão sendo analisados e reconstruídos. Haveria, para a autora, “um acionamento memorável persistente em relação a esses documentos, o qual deve ser considerado, e uma certa relação com o verossímil que eles instituem” (Barbosa, 2020, p. 14).

Segundo Sousa (2006, p. 204), o jornalista atua como um coletor de informações junto às fontes testemunhais ou especializadas, podendo, inclusive, ser a própria fonte quando presencia os acontecimentos. O profissional de jornalismo seria também aquele que, posteriormente, processa e prepara a informação que será veiculada pelo órgão jornalístico para o qual o trabalha. Para Nora (*cit. in* Sousa 2006, p. 212), “o jornalismo moderno transformava a notícia em acontecimento, legitimando o ingresso dos acontecimentos na história”.

Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção (Nora, 1988, p. 181).

Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (1990), faz observações sobre o papel do jornal impresso no processo de construção de um lugar na memória coletiva de uma sociedade. Para o autor, se houvesse apenas as anotações históricas com datas e definições ou lembranças arbitrárias dos acontecimentos, o meio social passado nos seria bem exterior. Halbwachs destaca que em sociedades mais complexas, muitas das existências se desenvolvem “sem contato com os interesses comuns do maior número daqueles que leem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos” (Halbwachs, 1990, p. 55).

O jornal impresso é entendido, por Halbwachs (1990, p. 109), como um documento importante para o trabalho dos historiadores. Por outro lado, questiona o fato de parte deles darem demasiada atenção às opiniões de uma época, tornando-as quase um guia. Segundo o autor, é fundamental que se levante e apoie-se nos depoimentos antigos, a partir de tal rastro que “subsiste nos textos oficiais, jornais da época, nas memórias escritas pelos contemporâneos”. O posicionamento de Halbwachs se dá pelo motivo de que, para ele, aquelas opiniões não existem mais e nada têm a ver com a opinião de então. E acrescenta que “não somos obrigados a levá-la em conta, não se tem medo que ela venha a se chocar com um desmentido”.

Relativamente aos pontos de convergência entre a história e o jornalismo, Sousa (2006, p. 250) explica que a notícia pode ser afetada pelo momento histórico e sentido de realidade das pessoas, a depender de seus valores, normas, crenças, ideias e relações sociais estabelecidas. Para o autor, os efeitos das notícias estão relacionados a um conjunto de circunstâncias de uma dada sociedade, sejam elas ideológicas, sejam culturais,

política entre outras. Sobre a notícia jornalística e seus preceitos históricos, Sousa (2006) conceitua que:

É o produto da interação histórica e presente (sincrética) de forças pessoais, sociais (organizacionais e extra-organizacionais), ideológicas, culturais, históricas e do meio físico e dos dispositivos tecnológicos que intervêm na sua produção e através dos quais são difundidas (Sousa, 2006, p. 240).

Quando se trata do jornalismo impresso, existe um ponto importante que deve ser considerado: o tempo demandado no processo de produção, que vai da emissão até recepção do produto pelos leitores. Do trabalho técnico do jornalista, com a coleta do material e o tratamento técnico das informações, até a distribuição de um periódico, passando pela revisão, edição, editoração e impressão, existe um espaço significativo que promove um distanciamento entre a palavra escrita e a leitura em si, a interpretação da mensagem final.

Traquina (2005, p. 19) conceitua que, segundo a ideologia profissional, o “jornalismo é a realidade”. O autor considera que há verdade nessa afirmação, uma vez que se trata de um acordo, entre os profissionais e os que consomem o conteúdo jornalístico, como leitores, ouvintes e telespectadores. É com base nesse pressuposto do contrato firmado que o jornalista confere credibilidade às histórias que conta, que passam a ser declaradas como reais e, posteriormente, são transmitidas ao público no formato noticioso. Relatar a realidade dos fatos, tais como aconteceram, seria o princípio norteador do trabalho do jornalista.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Kieling (2014, p. 60) pondera que tanto a história quanto o jornalismo estão “impregnados pela ação humana, pelos contextos, pelos resultados, pelas finalidades”, mas não podem romper com a narrativa da realidade. Conforme a visão da autora, os eventos que fizeram parte de um passado distante ou estão ligados a uma contemporaneidade só podem ser revividos na forma discursiva e, quando têm contato com o leitor, “são novamente ‘protocolados’ em uma tradição: as regras e os sentidos linguísticos, a cultura, o contexto, as experiências individuais.”

Antunes (2007, p. 32) trata do ato de narrar do jornalista como uma condição de compreensão, em que “implica o acontecimento numa referência a sua própria história”, ou seja, “o presente das coisas passadas”. O autor reflete sobre o fato em si não como sendo diferente da história, mas sim constituindo o “presente das coisas presentes”. Conforme reflete o autor, “o presente das coisas futuras é a própria expectativa do desenrolar-se, de sequência, posta pelo acontecimento” (Antunes, 2007, p. 32).

Ao referenciar Jean-François Tétu, Antunes (2007, p. 26) argumenta que as informações produzidas pelo sistema midiático poderiam significar uma nova forma de relação da sociedade com o tempo, e que os acontecimentos são como “matéria-prima da ação dos meios de comunicação de massa”. Para Sousa (2006, p. 242), as notícias seriam “um produto da história, durante a qual agiram as restantes forças que enformam

as notícias que existem no presente”. A história seria, para o autor, a maneira de narrar e descrever, os meios de produzir e difundir.

O presente fornece o referente que sustenta o conteúdo e as circunstâncias actuais de produção. Ao ser simultaneamente histórica e presente, a notícia é sincrética (Sousa, 2006, p. 242).

Charaudeau (2006, p. 133) pondera que o caráter de cotemporalidade que define a atualidade da mídia não deve ser confundido com o de outros domínios. O autor argumenta que o espaço e o tempo considerados pela história, em especial o que é delimitado como contemporâneo, é muito mais extenso do que para outros campos do conhecimento. Esse paradigma seria definido com base na permanência das organizações que compõem uma sociedade, e em como os povos e as nações se comportam em seu imaginário social diante dos valores simbólicos que os sustentam. A contemporaneidade da mídia seria, conforme o autor, baseada na aparição de o acontecimento ser mais substancial que a transmissão e o consumo da notícia.

A noção da atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ele que guia as escolhas temáticas. Isso explica duas características essenciais do discurso de informação midiático: sua *efemeridade* e sua *a-historicidade* (Charaudeau, 2006, pp. 133-134).

Ainda que seja possível considerar o texto como um “artefato linguístico” referente a um determinado período da história, um fator importante a ser destacado quando se analisa um produto jornalístico é apontado por Sousa (2006, p. 238), ao afirmar que as notícias são uma construção e não se trata de “espelhos das realidades a que se referem”. Com base nesse pensamento, haveria sempre “algum grau de distorção entre a realidade e as notícias”, o que seria um elemento passível de avaliação quando a cobertura jornalística é observada isoladamente, sem considerar os demais atores sociais daquele contexto.

Horta (2010, p. 13) trata do elo entre a construção da memória coletiva e os conteúdos midiáticos. Segundo a autora, para que haja a produção de sentido, a audiência deve ter conhecimento prévio dos códigos utilizados, bem como a competência leitora necessária para a compreensão da realidade transmitida pelos textos jornalísticos. Assim, no processo de produção e difusão desses conteúdos, a mídia enquadraria seus discursos com base no conjunto de “valores, imagens, representações e conhecimentos que formam a cultura dominante”.

A produção de informação mediática pode consequentemente entender-se como uma forma de mediação cultural organizada de modo a «localizar» a actualidade noticiada nos «mapas» de interpretação da realidade partilhados no interior da sociedade (Horta, 2010, p. 13).

Lopes (2002, p. 6) considera como relevante o papel da mídia no processo de edificação da memória da sociedade, tendo como pilar o registro documental. Conforme o autor, os meios de comunicação detêm arquivos que podem ser utilizados e veiculados

incontáveis vezes, sejam os produzidos por eles mesmos, ou por outras pessoas e instituições que os tornam acessíveis. Seria então, por esse prisma, a mídia capaz de reproduzir as visões do passado a partir da captura de textos, imagens e sons de dado acontecimento ou momento histórico. Um testemunho pretérito ganharia vida no presente a partir da captura, da validação e da exibição de um documento a partir da esfera jornalística para a esfera pública.

A interpretação da fonte utilizada agrega novos valores ao que é exibido, transmitido, escrito etc. Por sua vez, os receptores das mensagens as lerão de acordo com suas percepções previamente definidas, em um processo contínuo ao mesmo tempo mimético e adaptativo, que inclui possibilidades de conservação e ruptura (Lopes, 2002, p. 6).

Um ponto importante acerca da seleção das informações consideradas mais relevantes pela mídia relaciona-se aos assuntos e abordagens invisíveis ou “os silêncios”, como denomina a Horta (2010, p. 13). Conforme a autora, quando um tema não é tratado pela agenda midiática, e isso acontece de forma sistemática, há uma tendência de que ele não influencie a agenda pública de modo significativo. Segundo Horta, ao priorizar um tema, angulação ou aspecto da realidade em detrimento de outros, os veículos midiáticos “avivam determinados conceitos ou tipificações do real”. E complementa sua argumentação ao afirmar que “a amplificação da memória realizada pelos *media* torna-se simultaneamente um processo de filtragem”.

Sobre o tema do silenciamento midiático, Benetti (2007, p. 115) afirma que é de esperar que o discurso jornalístico seja plural e, por isso, acredita-se que os textos expressem a “pluralidade de visões sobre um determinado tema”. No entanto, conforme a autora, isso nem sempre acontece, já que “em estudos do discurso, o não-dito tem tanta força quanto o dito”. Por tal razão, é fundamental que o pesquisador conheça o assunto que irá estudar, para depois de mapear os sentidos presentes no discurso, possa identificar os que estão ausentes. Para Benetti (2007, p. 115), a análise do silenciamento é das “mais fascinantes e produtivas dos estudos do discurso.”

Com base nos conceitos e discussões apresentadas, pode-se dizer que as impressões históricas da atualidade em relação ao passado podem ser entendidas como uma construção estabelecida por emissores e receptores no processo de comunicação, em que o discurso da mídia é um dos protagonistas. A memória coletiva é elaborada a partir de simbolismos da vida em sociedade, que incorpora tanto os comportamentos e eventos vivenciados individualmente, quanto os que ecoam no decorrer dos tempos, no imaginário humano, dos tempos do passado até a contemporaneidade.

A notícia é um produto elaborado pelos atores do sistema jornalístico que, diante dos acontecimentos do cotidiano, organizam as informações utilizando-se de linguagem e ferramental próprios, para que chegue ao público de forma clara e objetiva, tendo como premissa a exposição dos múltiplos lados e visões de um mesmo fato. O presente é o

tempo do jornalismo, que atua como sentinela, sempre atento ao que acontece e pode ser considerado relevante para o maior número de pessoas e, desse modo, possa transmitir as informações com a maior brevidade e veracidade possível dentro dos critérios de noticiabilidade. É a atualidade que faz do discurso noticioso um instrumento objetivo do presente.

O jornalismo não representa a história em si, mas atua como coparticipante quando constrói um discurso próprio e característico do seu tempo, que depende do contexto e da realidade social e cultural no qual está inserido. Nem sempre é possível prever as motivações, nem mesmo por quais razões uma notícia foi veiculada sob um determinado ângulo em detrimento de outros. Da mesma forma, é uma tarefa discutível identificar e buscar compreender como foram recebidas as opiniões veiculadas nos jornais sobre um evento em cada momento da história.

Podem-se estabelecer conexões, buscar registros que comprovem, ou não, determinados fatos e posicionamento da Imprensa, mas, por outro lado, procurar razões não altera os elementos simbólicos presentes em um discurso, independentemente de qual seja. Um texto pode ser entendido como autônomo ao findar-se em si mesmo, dado que a interpretação irá depender do interlocutor e de seu repertório acumulado ao longo da vida, sua visão de mundo e expectativas em relação ao texto midiático. Mesmo sem considerar as motivações, a procura de significado de um discurso é a base de qualquer leitura e análise interpretativa.

É importante ressaltar que os olhos do presente não conseguem capturar todas as nuances, fatos e motivações que envolvem um momento histórico e, ainda menos, quais foram as influências e pressões políticas que atuaram sobre os profissionais e veículos de comunicação quando um evento foi noticiado. A cobertura jornalística carrega um discurso particular, com características e regras predefinidas, e é construído com propósitos específicos, entre eles, o mais pertinente e essencial: o de informar sobre a realidade dos fatos, o mais próximo possível de como e porque aconteceram.

Um texto jornalístico é passível de ser analisado, interpretado e compreendido em si mesmo, bem como o discurso que carrega, considerando ou não os fatores e influências externas. É com base nesses pressupostos que se torna possível realizar uma leitura analítica tendo como parâmetro o olhar sensível e acurado, valendo-se da assimilação consciente dos possíveis significados, intenções e interpretações que os textos guardam em sua essência.

2 | ASPECTOS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

A Análise do Discurso é um campo teórico, mas também uma linha de pesquisa e base metodológica utilizada para desenvolver estudos nas mais diversas áreas das Ciências Sociais, incluindo os que envolvem o texto jornalístico. A Análise do Discurso é

uma ferramenta validada no âmbito acadêmico e será utilizada na presente investigação com o objetivo de interpretar e buscar compreender a cobertura midiática sobre um tema em dado período histórico e contexto social. Para Iñiguez (2004, p. 53), a Análise do Discurso, além de ser uma alternativa metodológica, é também uma perspectiva a partir da qual é possível analisar os processos sociais.

No que tange à relevância que os estudos dos meios de comunicação ganharam nos últimos tempos, Iñiguez (2004, p. 109) afirma que tal evidência se deve, em particular, à centralidade desses processos na constituição, manutenção e desenvolvimento nas sociedades. Segundo o autor, historicamente, a origem desse movimento pode estar relacionada aos meados da década de 70 do século XX. Foi nesse período que, na França, iniciou-se uma tradição influenciada pelas correntes estruturalistas, marxistas e da psicanálise. Na mesma época, no contexto anglo-saxão, tem início a “Etnografia da Comunicação” (Iñiguez, 2004, p. 109).

A Teoria do Jornalismo tem sido progressivamente edificada desde 1690, quando foi apresentada a primeira tese de doutoramento sobre notícias ou, quem sabe, desde os estudos sobre a retórica na Grécia e na Roma Antiga (Sousa, 2004, p. 44). De lá para cá, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento estudam, analisam e interpretam os textos impressos dos mais variados gêneros jornalísticos, com a intenção de compreendê-los, encontrar respostas, simbolismos, sentidos, significados ou mesmo a confirmação de hipóteses em suas investigações.

Dentre as diversas manifestações discursivas está o discurso informativo, o qual Charaudeau (2006, p. 42) afirma representar uma relação. Para o autor, “o sujeito informador só pode construir sua informação em função dos dados específicos da situação de troca”. O discurso informativo estabeleceria uma relação com o imaginário do saber, mas também com o imaginário do poder, ou seja, pela autoridade que o saber confere. Assim, as esferas de informação exerceriam uma relação de poder sobre o outro e, considerando as mídias, é possível afirmar que constituem, também, uma parte do poder social.

A verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz. No caso, o discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável, e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização (Charaudeau, 2006, p. 42).

Segundo Rodrigues (2010, p. 67), o discurso não é uma função midiática, mas sim o produto do seu funcionamento. As mídias desempenham também outras funções, mas é o discurso o seu objetivo, a sua expressão final. O autor faz a interessante comparação sobre esse tema quando afirma que: “os media produzem discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitectos projectam edifícios”. Na opinião do autor, uma das principais características do discurso midiático é o fato de ele se apresentar como acabado e de “funcionar aparentemente sem intermitências nem vazios”.

Rodrigues (2010, p. 67) avalia que os discursos do cotidiano são intermitentes,

pontuados e repletos de hesitações e silêncios. Argumenta que o discurso midiático, ao contrário, flui em constância, sem interrupções, numa série de enunciados encadeados que se apresentam acabados, “escondendo os seus processos de gestação”, o processo ferramental do jornalismo, e destaca o uso da terceira pessoa, que representa o emissor ausente, a impessoalidade, numa estratégia de “referencialidade universal dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar e do tempo da fala do enunciator”.

Uma das funções comunicacionais mais importantes do discurso mediático, além da função referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos que ocorrem no mundo, é a função fática, que consiste no estabelecimento, na manutenção, no reforço e eventualmente no restabelecimento do contato com o público (Rodrigues, 2010, p. 68).

Para Sousa (2006), os discursos jornalísticos incidem sobre a realidade, e é desse modo que se concretiza a sua função de informar. O autor ressalta que esses discursos também apresentam certos enquadramentos para os temas, ou seja, são organizados de tal forma para que sejam capazes de direcionar a construção de significados. E referencia Tuchman (1978) ao utilizar-se de uma simbologia para ilustrar o conceito: “a melhor metáfora para a noção de enquadramento é a de janela” (Sousa, 2006, p. 681). Conforme explica o autor, a janela nos daria uma visão de mundo, mas ela seria condicionada pelas suas características, como tamanho, transparência, opacidade e distância a que estamos dela.

A enunciação jornalística dá-nos igualmente uma visão de determinados aspectos da realidade, mas essa visão é contaminada pelos constrangimentos da linguagem, da enunciação, do enunciator e do receptor, etc., à semelhança do que acontece quando observamos o exterior por uma janela (Sousa, 2006, p. 681).

Outra característica do discurso midiático apresentada por Rodrigues (2010, p. 44) é a da polifonia. O autor explica que essa pluralidade de vozes manifesta-se no interior do texto e são independentes, mas também formam uma combinatória. Todos os textos seriam dialógicos, inclusive os monofônicos, que ocultam os diálogos, mas a diferença está nas tensões e conflitos explicitados pelas vozes sociais. Desse modo, a polifonia no discurso mediático poderia situar-se em diferentes níveis, “desde o mais superficial o do discurso relatado, até aos níveis mais profundos das alusões e da heterogeneidade de sentidos” (Rodrigues, 2010, p. 44).

Com base nas reflexões, é possível considerar que o discurso jornalístico é essencialmente narrativo e pode ser entendido como um resultado de sua função primordial, a de informar sobre os fatos considerados importantes e que são de maior interesse para determinado público, respeitando os critérios de noticiabilidade. Tais critérios da notícia foram sistematizados e discutidos por diversos autores, como Galtung e Ruge (1999), Wolf (1999), Sousa (2002) e Traquina (2005), que contribuíram significativamente para não

apenas identificar, mas também investigar como se encadeia a dinâmica da produção da notícia a partir deles.

Vale ressaltar que, embora tais definições sejam os pilares para a prática jornalística, não cabe aqui detalhar cada um dos critérios de noticiabilidade a partir dos respectivos autores, mas, pela sua relevância para as Teorias do Jornalismo, valem ser mencionados de modo geral. É possível sintetizar os critérios que tornam uma informação uma notícia elegível para publicação, ou seja, que cumpra os requisitos do “valor-notícia”. Segundo Wolf (1999, p. 195), a noticiabilidade é um conjunto de elementos pelos quais um veículo de comunicação controla e gera a quantidade e o tipo de acontecimentos definindo qual, ou quais, entre eles, podem ser considerados notícia.

Galtung e Ruge (1999, pp. 70-71) enumeram no relevante estudo de 1965, os vinte fatores que influenciam na dinâmica e na construção da notícia. De forma concisa, estariam elencados: a frequência ou a amplitude, a intensidade e o aumento da intensidade, a inequivocidade, a significância, a proximidade cultural, a relevância, a consonância, a predicabilidade, a exigência, a imprevisibilidade, a impredicabilidade, a escassez, a continuidade, a composição, a referência a nações de elite e às pessoas de elite, a referência a pessoas e a referência a algo negativo.

A questão suscitada por Wolf (1999, p. 195), e que cabe ser respondida pelos profissionais do cerne do fazer jornalístico, é “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”. As respostas delineadas por diversos autores da Teoria do Jornalismo transitam, em resumo, entre: a novidade, a atualidade, o inesperado, o inusitado, a relevância, a proximidade, a notoriedade, a negatividade, o ineditismo, entre outros.

Traquina (2008, p. 77) trata dos critérios de noticiabilidade e também da diferença entre os “valores-notícia de seleção” e os “valores-notícia de construção”, aspectos fundamentais para compreender o que rege o olhar e fazer no jornalismo. Além disso, o autor tem uma visão mais global dos caracteres que fazem de um fato uma notícia, ao colocar em discussão as questões como tempo e rotina de produção e os fatores mercadológicos do sistema jornalístico, como a seleção de assuntos e o espaço reservado a cada um deles nas seções e editorias.

Embora os valores-notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros desta comunidade interpretativa, a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas (Traquina, 2008, p. 93).

Em suma, a notícia publicada é um recorte da vida real, sujeita aos variados critérios de noticiabilidade e estabelecidos pelo sistema de comunicação de uma dada sociedade. O discurso jornalístico é envolto por uma série de elementos e características próprias que o tornam um gênero singular. Por suas características complexas e intrínsecas, a dinâmica da notícia estabelece um discurso carregado de elementos simbólicos de uma dada cultura,

na época e no contexto em que está inserido. Ao considerar sua relevância, penetração e influência social, os discursos presentes nos veículos de Imprensa tornam-se passíveis de análise e estudo por diversas áreas do conhecimento.

3 I HERMENÊUTICA E ANÁLISE DO DISCURSO

A hermenêutica é um campo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, seja a sua arte, seja a prática interpretativa. O método hermenêutico nasce com a tradução da Bíblia judaica para o grego e, em geral, está associado aos estudos interpretativos das escrituras sagradas. A palavra hermenêutica tem origem no verbo grego *hermeneuein*, comumente traduzido por “interpretar”, e no substantivo *hermeneia*, que significa “interpretação”. O nome Hermes, deus olímpico da linguagem e da escrita, tem origem na palavra grega *hermeios*. Segundo Palmer (2018, p. 28), são termos que fazem referência às “ferramentas que a compreensão humana utiliza para chegar ao significado das coisas e para o transmitir aos outros”.

Assim, o processo de tornar compreensível associa-se a Hermes na representação de um mediador, tradutor e portador de mensagens. Conforme Palmer (2018, p. 29), está implícito no antigo uso das vertentes básicas patentes no significado de *hermeneueine* *hermeneia*. O autor indica que essas palavras aparecem inúmeras vezes e em muitos textos da Antiguidade:

Aristóteles no *Organon* considerou que o tema merecia um tratado importante, o famoso *Peri hermeneias*, “Da interpretação”. A palavra aparece na sua forma substantiva em Édipo em Colono, e muitas vezes em Platão. Encontram-se inúmeras formas do termo na maior parte dos escritores antigos mais conhecidos, como Xenofonte, Plutarco, Eurípedes, Epicuro, Lucrecio e Longino (Palmer, 2018, p.28).

Paul Ricoeur (2020, p.12) também faz alusão aos gregos ao refletir sobre o discurso e a interpretação e detalha que “o discurso exige dois signos básicos, um nome e um verbo, que se conectam numa síntese que vai além das palavras”. O autor faz referência a Aristóteles no seu tratado *Da Interpretação*:

Um nome tem um significado e um verbo tem, além do seu significado, uma indicação do tempo. Só a sua junção produz um elo predicativo, que se pode chamar *logos*, discurso. Esta unidade sintética é que comporta o duplo acto de afirmação e negação. Uma afirmação pode ser contradita por outra afirmação e pode ser verdadeira ou falsa (Ricoeur, 2020, p. 12).

A hermenêutica desenvolveu-se e aprimorou-se ao longo do tempo e pode ser definida em seis campos distintos, que representam momentos históricos importantes. Cada um deles corresponde a uma abordagem ou pontos de vista diferentes diante da problemática da interpretação, mas refletem similar relevância:

1) uma teoria da exegese bíblica; 2) uma metodologia filológica geral; 3) uma ciência de toda a compreensão linguística; 4) uma base metodológica dos

Geisteswissenschaften; 5) uma fenomenologia da existência e da compreensão existencial; 6) sistemas de interpretação, simultaneamente recoletivos e iconoclásticos, utilizados pelo homem para alcançar o significado subjacente aos mitos e símbolos (Palmer, 2018, p. 53).

Conforme afirmam Mota e Porto (2017, pp. 25-26), a hermenêutica contemporânea, especialmente ligada a Gadamer, Heidegger e Ricoeur, tem uma dimensão histórica, existencial e simbólica. Conforme explicitam, a linha de estudos ganhou força tendo como base a escola filosófica do romantismo alemão.

Segundo Bleicher (1980, p. 355), a teoria hermenêutica serve-se do recurso metodológico do “círculo hermenêutico”. Por meio dele é possível compreender um texto através da interpretação recíproca de um todo e dos seus elementos constituintes. O círculo hermenêutico revelado pela filosofia envolve, também, o sujeito da interpretação, “destruindo assim a concepção subjetivista das ciências hermenêuticas, ao indicar a função da historicidade do sujeito” (Bleicher, 1980, p. 355).

Em *Teoria da Interpretação*, Ricoeur (2020, p.11) retorna a Platão, no *Crátilo*, ao tratar da problemática da “verdade” das palavras isoladas ou nomes. Para o autor, “o *logos* da linguagem requer, pelo menos, um nome e um verbo” e é com base no entrelaçar dos dois que se tem a primeira unidade da linguagem e do pensamento, o que constituiria uma frase. E complementa que, “mesmo esta unidade suscita uma pretensão à verdade; a questão tem ainda de decidir-se em cada caso.”

Sobre a interpretação, Palmer (2018, p. 30) afirma que a tarefa consiste em “tornar-se algo que é pouco familiar, distante e obscuro em algo real, próximo e inteligível” e elucida sobre o sentido de *hermeneuein* ao definir a primeira orientação hermenêutica como a de “exprimir”, “afirmar” ou “dizer”, relacionando-a à função enunciativa de Hermes.

A segunda orientação seria a de “explicar”, na qual a ênfase se dá no “aspecto discursivo da compreensão” e “aponta para a dimensão explicativa da interpretação, mais do que para a sua dimensão expressiva”. Nesse sentido, as palavras não seriam limitadas a dizer algo, mas sim explicam, racionalizam e clarificam algo (Palmer, 2018, p. 37). A terceira orientação tem relação com o “interpretar”, no sentido de “traduzir”. A tradução seria uma forma especial do processo de interpretar, de tornar compreensível o que é “estrangeiro, estranho ou ininteligível, utilizando como *medium* a nossa própria língua” (Palmer, 2018, p. 46).

A hermenêutica, conforme Schleiermacher e Dilthey, inclinou-se a identificar a interpretação como a categoria de “compreensão” e definiu-a como o processo de reconhecer a intenção do autor “do ponto de vista dos endereçados primitivos, na situação original do discurso” (Ricoeur, 2020, p. 38). Compreender um texto seria “um caso particular da situação dialógica em que alguém responde a mais alguém”. O autor explica que essa “concepção psicologizante” da hermenêutica influenciou a teologia cristã, os acontecimentos seriam eventos linguísticos, o querigma (*kerygma*), a pregação do Evangelho.

O que se pode comunicar é, antes de mais, o conteúdo proposicional do discurso, e retrocedemos assim para o nosso critério principal – o discurso como evento mais o sentido. Porque o sentido de uma frase é, por assim dizer, “externo” à frase, pode transferir-se; a exterioridade do discurso a si mesmo – que é sinónima da autotranscendência do evento na sua significação – abre o discurso ao outro. A mensagem tem o fundamento da sua comunicabilidade na estrutura da sua significação. Isso implica que comunicamos a síntese da função de identificação (Ricoeur, 2020, pp. 30-31).

Segundo Ricoeur (2020, p. 47), a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir quando o discurso é escrito. O autor defende que há uma dissociação da significação verbal entre o texto e a intenção mental do autor, na qual se estabelece o conceito de inscrição do seu significado decisivo, “para além da mera fixação do discurso oral prévio”. Por essa abordagem, a inscrição passa a ser sinónimo de autonomia semântica do texto, que resultaria em uma desconexão da intenção mental do autor e o significado verbal do texto.

A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor. O que o texto significa interessa agora mais do que o autor quis dizer, quando o escreveu (Ricoeur, 2020, p. 47).

Ao tratar da escrita, Ricoeur (2020, p. 55) afirma que, graças a ela, o ser humano “tem um mundo e não apenas uma situação”, e que essa extensão gera o que define como “implicações espirituais da substituição do suporte corporal do discurso oral pelas marcas materiais”. Por essa perspectiva, o texto liberta a referência dos limites de uma situação, tornando o mundo um conjunto de referências abertas. “Graças à escrita, as obras da linguagem tornam-se tão autossuficientes como as esculturas” (Ricoeur, 2020, p. 51).

Para Berger (2010, p. 18), a reflexão hermenêutica tem como objetivo transformar o distante em próximo e o estranho em familiar. Segundo a autora, essa reflexão acontece por meio de um “discurso racional orientado pelo desejo do diálogo com o objeto” que se analisa. E acrescenta que a intenção, a partir dessa perspectiva, é a de que haja um enriquecimento e um aprofundamento da compreensão do papel do conhecimento na sociedade.

Mota e Porto (2017, p. 20), ao conceituarem e definirem hermenêutica, afirmam que, além de se tratar de uma atividade que promove a circulação de sentido das coisas e, ao contrário de ser a “ciência da interpretação”, ela se apresenta anterior a isso. Para os autores, “a hermenêutica é uma atividade que já traz em si o significado das coisas, cabendo ao ser humano a sua compreensão e divulgação do significar falando.”

Para tratar do processo da interpretação, é imprescindível considerar o papel do intérprete à luz da hermenêutica. Para tanto, recorre-se à Gamader (*cit. in* Bleicher, 1980), que levanta a questão dos possíveis preconceitos do analista. Segundo o autor, ao estar diante de um texto em busca de sua compreensão, o leitor está preparado para que este lhe diga algo. Desse modo, a mente preparada pela hermenêutica deve ser, desde o início, “sensível à novidade do texto”.

Na perspectiva de Bleicher (1980, p. 157), quando um intérprete confronta o texto

com as suas concepções, ele não visa reproduzi-lo no seu estado primitivo. Para o autor, o texto representa, em todas as épocas, mais do que a intenção do autor, mas também é lido de formas diferentes sendo, desse modo, “a compreensão um esforço produtivo”. Nesse processo, os preconceitos serão revelados, seja adequado ao conteúdo, seja alterado, proclamando, então, a chamada verdade do texto.

A respeito do princípio da sensibilidade diante do objeto, nem a “neutralidade”, nem a anulação da personalidade daquele que interpreta, mas sim “a assimilação consciente dos significados prévios e dos preconceitos”. O mais importante é estar consciente da própria predisposição, “para que o texto se possa apresentar em toda a sua novidade e conseguir, assim, afirmar a sua própria verdade, por oposição aos nossos sentidos” (Gadamer *cit. in* Bleicher, 1980, p. 155).

Sobre o processo interpretativo, Barbosa (2020, pp. 117-118) afirma que há certa dose de imaginação do pesquisador. “É preciso visualizar, na letra escrita do documento, a cena construída, imaginá-la e buscar suas múltiplas significações.”. Conforme a autora, ao acessar documentos e buscar desvendar seus múltiplos processos comunicacionais, o leitor não apenas observa o que foi guardado na imobilidade daquelas fontes, mas “o ato de torná-las novamente presentes faz delas experiência viva e comunicativa, na qual o pesquisador também se inclui”.

Na busca de compreender qual seria, então, a principal tarefa do intérprete, Bleicher (1980, p. 161) afirma que a experiência hermenêutica é uma experiência dialógica. Desse modo, cabe ao intérprete tentar descobrir qual é a pergunta a que o texto vem dar a resposta, ou seja, compreender um texto é compreender a pergunta. Entre pergunta e resposta, “um texto acaba por ser um acontecimento ao ser actualizado na compreensão, que representa uma possibilidade histórica”. Segundo o pensamento do autor, “ao entendermos a pergunta colocada pelo texto, fizemos já a pergunta a nós próprios e, por conseguinte, abrimo-nos novas possibilidades de sentido” (Bleicher, 1980, p. 161).

Gadamer (*cit. in* Bleicher, 1980, p. 167) elucida a questão dialética quando afirma que “a compreensão fundamental representa o campo da hermenêutica universal”. Assim, perguntas e as respostas funcionariam como uma base proporcionada pela linguagem, e para ilustrar, utiliza como exemplo a constatação de participantes que dialogam e chegam a um acordo diante de um determinado assunto.

A hermenêutica de Ricoeur busca um equilíbrio dialético entre explicar e compreender. Já a teoria do conflito das interpretações, desenvolvida por Ricoeur, é o grande contributo do autor para o pensamento hermenêutico. Como explica Bleicher (1980, p. 304), a interpretação dos textos, à qual Ricoeur se dedicou, seguiu uma vertente de busca do objeto simbólico. E evidencia que um princípio de sua abordagem é o distanciamento e a determinação da objetividade do sentido contido num texto.

O ponto de partida fenomenológico de Ricoeur leva a uma ampliação desta perspectiva e à reconsideração da relação entre fenomenologia e

hermenêutica, especialmente na sua forma ontológico-existencial (Bleicher, 1980, p. 304).

Conforme destacam Mota e Porto (2017, p. 37), Ricoeur apresentou uma nova metodologia de pesquisa para as Ciências Sociais ao buscar compreender um recorte específico da realidade a partir da forma como ela era apresentada e em qual contexto foi contada. Ricoeur dá um passo além ao indicar que os símbolos e os mitos convidam ao pensamento, conferem sentido e devem ser interpretados no seu próprio nível, com um conjunto específico de regras. Outro aspecto refere-se a uma “enumeração de formas simbólicas” e a uma “criteriologia”. Para Bleicher (1980, p. 308), “este nível de análise corresponde à abordagem eidética e coloca entre parênteses qualquer sentido existencial.”

Ao aproximar a reflexão para a esfera jornalística, Berger considera que os estudos nessa área fazem parte de uma prática dialógica que integra a formação das Ciências Sociais e Humanas. Para ela, “as teorias do jornalismo como uma parte devem saber como ‘trabalham’ as outras partes e como a sua parte é trabalhada pelo todo” (Berger, 2010, p. 18). Sobre a hermenêutica e comunicação, Bleicher (1980, p. 353) afirma que:

As ciências hermenêuticas ajudam à preservação e extensão da comunicação sobre o sentido da vida, os objectivos do desenvolvimento sócio-político, os estilos de vida públicos e privados, etc., tornando acessível o sentido de textos e acções e, por sua vez, antecipando ou projectando possíveis formas de (melhor) vida.

Mesmo a hermenêutica ricoeuriana sendo profunda e complexa, é possível enumerar os seus pontos principais, de modo a facilitar a sua compreensão. Em primeiro lugar, destaca-se o conceito de “experiência”, aqui referido sobre o aspecto sensível das coisas para, posteriormente, ser interpretada. O tempo presente é o da circunstância, aquele que será considerado também pelo seu carácter histórico. O segundo aspecto elencado é o conceito de “tempo”, o qual envolve a experiência humana e o tempo narrativo, incluindo nesse arcabouço, os elementos de natureza simbólica. O terceiro e último tópico é o conceito de “texto”, considerado por Ricoeur como um modelo interpretativo de referência. O autor trata-o como um objeto independente, que fala por si mesmo, soberano diante das intenções de quem o escreve.

Com base nos conceitos apresentados, Ferreira (2002, p. 13) faz um apanhado das temáticas aqui discutidas ao afirmar que o acontecimento midiático, pela perspectiva da análise do discurso, com uma interface com a hermenêutica, amplia-se em três grandes áreas, que seriam como “campos férteis entrelaçados”. Para o autor, “o conhecimento do contexto sócio-histórico, o jogo dos três presentes e a tensão entre latência-atualidade”. E finaliza ao afirmar que a partir dessa confluência de saberes é possível “enriquecer as reflexões no que tange à teoria do acontecimento, aos estudos de jornalismo, assim como as vértebras que sustentam o domínio da análise do discurso”.

E suma, pode-se afirmar que a hermenêutica é um caminho metodológico para se

compreender os sentidos dos discursos humanos, em especial no estudo e na apreensão de textos escritos, que são abertos a interpretações. É importante considerar de modo objetivo os elementos presentes no original investigado, bem como os signos, símbolos e a linguagem inerente ao próprio texto. Seria, portanto, principalmente o significado dos textos o objeto central de análise, e não o acontecimento em si que a narrativa evoca. Ao relacionar o discurso dos impressos aos princípios teóricos da análise do discurso de matriz hermenêutica, tem-se um terreno amplo e seguro para a construção de novos saberes no campo comunicacional.

REFERÊNCIAS

- Antunes, E. (2007). Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. *In: Revista Em Questão*. Volume 3 No. 1, Porto Alegre, pp.25-40.
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X.
- Barbosa, M. (2010). *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X.
- Barbosa, M. (2019). Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. *In: Revista MATRIZES*, 13 (1), pp. 13-25.
- Barbosa, M. (2020). *Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro, Mauad X.
- Benetti, M. (2007). Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. *In: Benetti, M. e Lago, C. (Ed.3). Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, pp. 107-122.
- Berger, C. (2010). O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico. *Brazilian Journalism Research*, 6(2). [Em linha]. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/14>>. [Consultado em 29/04/2021].
- Bleicher, J. (1980). *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa, Edições 70.
- Charaudeau, P. (2006). *O discurso das mídias*. São Paulo, Contexto.
- Chartier, R. (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Ferreira, G. M. (2002). *Contribuições da Análise do Discurso ao estudo de jornalismo*. [Em linha]. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_707.pdf>. [Consultado em 30/04/2021].
- Galtung, J. e Ruge, M. (1999). A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação da crise do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *In: Traquina, N. (org.) Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Vega, pp. 61-73.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- Horta, A. (2010). Memória social e identidade nacional no contexto europeu. *In: Martins, M. L., Cabecinhas, R. (Eds.), Anuário internacional de comunicação lusófona 2009: memória social e dinâmicas identitárias* (pp.11-24). Lisboa, LUSOCOM. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/11223>>. [Consultado em 26/04/2021].

- Iñiguez, L. (2004). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, Vozes.
- Kieling, C. (2014). Jornalismo e História: narrativas do real. In: Zagalo, N. e Oliveira, S. (2014). *Abordagens da narrativa dos média*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Braga, Universidade do Minho, pp. 54-62. [Em linha]. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2014>. [Consultado em 15/02/2021].
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas, Editora Unicamp.
- Lopes, L. C. (2002). Artefatos de memória e representações nas mídias. *Revista C-legenda*, 7 (1). [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36800>>. [Consultado em 29/04/2021].
- Moreira, S. (2011). Análise documental como método e técnica. In: Duarte, J. e Barros, A. (Ed.5). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas, pp. 269-279.
- Mota, C. e Porto, S. (2017). *Hermenêutica e Análise do Discurso em Jornalismo*. Florianópolis, Insular.
- Nora, P. (1988). O retorno do fato. In: J. Le Goff e P. Nora. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 179-193.
- Palmer, R. (2018). *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70.
- Ponte, C. (2004). *Leituras das Notícias: contributos para uma análise do discurso*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Ricoeur, P. (2020). *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa, Edições 70.
- Rodrigues, A. (2010). Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: *Atividades Comunicacionais em Ambientes Mediáticos, reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues*. São Paulo, Intermeios, pp. 67-81.
- Sodré, M. (2012). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Vozes.
- Sousa, J. P. (2002). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Florianópolis, Letras Contemporâneas e Argos/UNOESC.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos média*. Porto, Ed. Porto.
- Sousa, J. P. (2004). *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia de estudantes de graduação*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular.
- Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, Insular.
- Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Lisboa, Presença.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do discurso 1, 10, 14, 18, 19, 20, 150

Audiência 8, 61, 62, 63, 64, 66, 68

C

Campo comunicacional 19, 46

Ciências Sociais e Humanas 18

Comunicação 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 19, 20, 27, 29, 32, 33, 45, 48, 50, 52, 58, 59, 60, 62, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 97, 98, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 138, 145, 148, 150, 155, 167, 174, 175, 176, 178, 179, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 206, 209, 211, 224, 237

Contemporaneidade 7, 8, 9, 60, 81, 88

Cultura 7, 8, 13, 29, 46, 51, 58, 59, 61, 63, 68, 69, 70, 74, 78, 80, 90, 91, 96, 100, 101, 102, 106, 115, 117, 118, 134, 142, 144, 147, 148, 166, 172, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 208, 229, 231

D

Dialógica 15, 17, 18, 189, 190, 192

Diálogo 16, 109, 112, 114, 116, 127, 128, 133, 156, 176, 187, 188, 189, 191, 196

Discurso 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 68, 73, 75, 104, 106, 107, 108, 113, 119, 134, 150, 156, 166, 226, 229, 231, 235

E

Esfera pública 9

Etnografia da comunicação 11

H

Hermenêutica 1, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

História 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 19, 20, 46, 55, 58, 60, 65, 81, 84, 85, 93, 94, 95, 100, 102, 103, 109, 114, 126, 127, 129, 131, 139, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 192, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 235, 237

I

Imaginário 5, 8, 9, 11, 85, 143, 159, 166, 191

Imaginário social 8

Impresso 1, 2, 3, 5, 6, 7, 20, 45, 62, 63, 64, 65, 72, 98, 115, 134

Informação 1, 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 27, 28, 47, 60, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 99, 110, 111, 112, 119, 133, 138, 139, 172, 174, 175, 176, 184, 185, 191, 194, 196, 208, 237

J

Jornais 1, 6, 10, 19, 46, 61, 62, 69, 70, 72, 75, 77, 78, 80, 98, 108, 142, 226, 234

Jornal impresso 6, 45, 62, 63, 64, 65, 98

Jornalismo 1, 2, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 45, 46, 63, 70, 72, 73, 97, 99, 102, 103, 109, 110, 112, 119, 121, 133, 134, 136, 138, 139, 148, 187, 237

L

Leitura analítica 10

M

Mediação 8, 21, 22, 32, 198

Memória 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 19, 20, 83, 149, 150, 151, 153, 158, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 189

Memória coletiva 4, 5, 6, 8, 9, 19, 162, 165, 166

Mídia impressa 2

N

Narrativa 7, 19, 20, 55, 109, 138, 139, 150, 151, 152, 158, 160, 164, 167

Notícia 2, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 20, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 87, 98, 103, 109, 110, 112, 119, 120, 121, 126, 129, 132, 133, 228, 230

Noticiabilidade 10, 12, 13, 110, 111, 112, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 132, 133, 134

O

Organizações 8, 88, 105, 173, 177, 188, 189, 192, 193, 199, 200, 201, 218, 219, 222, 223

R

Realidade 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 18, 49, 50, 57, 61, 66, 99, 103, 107, 138, 139, 142, 143, 147, 153, 191, 213, 226

Revistas 1, 44, 45, 46, 72, 133, 185

S

Signos 14, 19, 211

Símbolos 14, 18, 19, 49, 115

Sistema midiático 7

Sociedade 2, 3, 6, 7, 8, 9, 13, 16, 20, 29, 59, 60, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 83, 84, 86, 91, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 106, 115, 116, 117, 119, 136, 147, 150, 151, 154, 160, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 183, 187, 188, 189, 193, 194, 200, 201, 216, 226, 228, 229, 234,

T

Teoria da interpretação 14, 15, 20

Teoria do jornalismo 11, 13, 109

Texto 8, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 30, 45, 51, 64, 100, 101, 106, 108, 109, 124, 143, 146, 149, 151, 167, 233

Texto midiático 10

Transmissão 2, 3, 8, 28, 112

Traquina 7, 12, 13, 19, 20, 109, 120

V





Valores-notícia 13, 119, 120

Veiculação 50

Veículo de comunicação 13

W

Wolf 12, 13, 20, 61, 70, 109, 120





 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

COMUNICAÇÃO E CULTURA:

processos
contemporâneos

2


Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

COMUNICAÇÃO E CULTURA:

processos
contemporâneos

2


Ano 2022